



SOBRE A DISTINÇÃO ENTRE QUESTÕES INTERNAS E EXTERNAS DE EXISTÊNCIA SEGUNDO CARNAP

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2025.212.01>

Anderson Bernardi

Mestre em filosofia pela UFSC

anderson.bernardi@live.com

<http://lattes.cnpq.br/1111046272125975>

RESUMO:

Tem-se como intuito abordar a distinção entre “questões internas” e “questões externas” de existência apresentadas por Carnap no texto “Empirismo, Semântica e Ontologia” a fim de alcançarmos a razão do chamado “Princípio de Tolerância”. Para tanto, o presente artigo está dividido em duas partes. Na primeira, discorre-se sobre a antiga querela entre nominalistas e realistas, gênese cujo progresso na história do pensamento motivaria mais tarde Carnap a distinguir entre conhecimentos de pretensões científicas (as questões internas de existência) e de pretensões metafísicas (as questões externas de existência), distinção esta discutida na segunda parte. A consideração final será de que, a partir da elucidação de Carnap, dissolver-se-ia a aparente incompatibilidade entre o viés empirista e a adoção de entidades abstratas.

PALAVRAS-CHAVE:

Princípio de Tolerância. Carnap. Nominalismo versus realismo.

ABOUT THE DISTINCTION BETWEEN INTERNAL AND EXTERNAL ISSUES OF EXISTENCE
ACCORDING TO CARNAP

ABSTRACT:

The aim is to address the distinction between “internal questions” and “external questions” of existence presented by Carnap in the text “Empiricism, Semantics and Ontology” in order to understand the reason for the so-called “Principle of Tolerance”. To this end, this article is divided into two parts. The first discusses the ancient quarrel between nominalists and realists, a genesis whose progress in the history of thought would later motivate Carnap to distinguish between knowledge of scientific claims (the internal questions of existence) and of metaphysical claims (the external questions of existence), a distinction discussed in the second part. The final consideration will be that, based on Carnap’s elucidation, the apparent incompatibility between the empiricist bias and the adoption of abstract entities would be dissolved.

KEYWORDS:

Principle of Tolerance. Carnap. Nominalism versus realism.

Introdução

No texto intitulado “Empirismo, Semântica e Ontologia” (CARNAP, 1975) encontramos o chamado “Princípio de Tolerância”, de Rudolf Carnap, o qual expressa a incapacidade humana de um olhar externo sobre os sistemas linguísticos a fim de se poder saber qual o melhor *framework* adotar. Isto é, como não há ponto de vista de lugar nenhum, não seria possível um olhar neutro, externo a qualquer sistema de referência, a fim de que se pudesse comparar a relação de verdade entre a linguagem escolhida e a realidade descrita.

O “Princípio de Tolerância” surge como sintoma da distinção entre questões internas e externas de existência, cuja consequência, segundo Carnap, dissolveria a aparente contradição entre o viés empirista e a alusão a entidades abstratas. Podemos recordar que os empiristas geralmente são céticos em relação a entidades abstratas. Eles preferem o nominalismo (que nega a existência de entidades abstratas) em vez do realismo (que as aceita). No entanto, o problema surge devido a, em contextos científicos, ser difícil evitar completamente essas entidades.

Carnap discute como a semântica está relacionada à aceitação de entidades abstratas. Certas expressões designam entidades, incluindo as abstratas: (o problema seria que) isso violaria os princípios básicos do empirismo conduzindo a uma ontologia platônica. Contudo, o filósofo da ciência defende que o uso de uma linguagem que se refere a entidades abstratas não implica necessariamente em adotar uma ontologia de cunho metafísico. Ele argumenta que é possível usar tais linguagens de forma compatível com o pensamento científico. Já que a aceitação de entidades abstratas se relacionaria (não a afirmação de suas existências reais, mas) mais diretamente à semântica, a partir disso se poderia conquistar uma conciliação com o empirismo.

A fim de abordar o referido texto de Carnap, o presente trabalho se divide em duas partes. Na primeira, dando um passo atrás, apresentaremos uma breve e introdutória discussão sobre a antiga querela entre realistas e nominalistas (usaremos o exemplo dos números: eles existiriam no mundo de maneira independente, tese realista, ou apenas enquanto representações mentais sobre o mundo, tese nominalista?), no intuito de destacar a importância, e onde se insere originalmente, a distinção proposta por Carnap entre questões internas e externas de existência, a qual será exposta na segunda parte a fim de alcançarmos a razão do Princípio de Tolerância.

Realismo e nominalismo

Como sabemos, o debate ontológico sobre o que realmente existe, e o que significaria dizer isto, já fez rios de tinta correr. A defesa da existência de universais (p.ex., números, propriedades, relações, estruturas) é identificada como realista. Os realistas acreditam que tais entidades abstratas existiriam independentemente da mente humana. Os nominalistas, por outro lado, refutam essa hipótese. Para eles, no mundo físico só existem particulares concretos (coisas individuais e singulares) com propriedades específicas, porém essas propriedades não teriam existência independente afora dos objetos concretos. Ou seja, para os nominalistas, o que os realistas chamam de "universais" seria não mais que ideias em nossa mente (conceitos; abstrações), não possuindo existência própria.

Entretanto, poder-se-ia dizer que a questão do realismo nas ciências naturais se distingue parcialmente em relação a questão do realismo na filosofia da matemática (embora ambas entrecruzem-se), pois no primeiro caso temos o realismo (predominantemente) em sentido epistemológico (“poderiam as teorias científicas conhecer o mundo ou apenas descrevê-lo para fins instrumentais?”) e no segundo caso temos o realismo (predominantemente) em sentido ontológico (teriam as abstrações existência para além de mentes inteligentes capazes de abstraí-las?). No contexto da física, por exemplo, a discussão gira em torno da realidade de entidades ou estruturas físicas, postuladas por teorias científicas (como partículas virtuais, a energia do vácuo quântico, as “cordas” das Teorias das Cordas etc), mas que não podem ser diretamente observadas. Essas entidades e/ou estruturas, segundo o realismo (epistemológico) científico, poderiam ser modelos explicativos que se aproximam da verdade do *que é* o mundo. Já o realismo (ontológico) matemático postula a realidade de entidades abstratas cujas existências seriam independentes da mente humana. Há duas principais vertentes metafísicas dentro do realismo matemático: o pitagorismo, o qual afirma que as entidades matemáticas existem no próprio mundo físico, e o platonismo, o qual afirma que essas entidades subsistem em uma dimensão espaço-temporal transcendente.

Nos foquemos agora no caso do realismo e nominalismo no âmbito da metafísica das entidades matemáticas. Enquanto os realistas matemáticos sustentam que as entidades matemáticas (como os números, p.ex.) existiriam de maneira independente dos seres humanos (pitagorismo) ou, até, do mundo físico (platonismo), argumentando que essas entidades seriam descobertas, e não apenas inventadas, isto é, que teriam uma realidade objetiva independentemente da subjetividade, os nominalistas matemáticos, por outro lado, defendem que as entidades matemáticas são constructos mentais. De acordo com os nominalistas, a matemática é uma criação que se origina da maneira como nosso cérebro organiza e interpreta o mundo. Daí surgiriam as regras matemáticas cuja aplicação seria (aparentemente) “universal”. Ou seja, a objetividade da matemática seria um produto da estrutura não do mundo físico, mas primordialmente da estrutura do cérebro humano, oriunda das interações entre mente e mundo. Assim, embora os objetos matemáticos possam ter correlações com a realidade física, não teriam como existir independentemente. Ainda em outras palavras, enquanto um pitagórico, por exemplo, sustentaria que números existem *no* mundo físico, um nominalista diria não há nada de errado em associar ideias ao mundo externo: (porém) a adequação entre uma ideia e um dado empírico não pressupõe (necessariamente) que os números “existam” *no* mundo físico, mas simplesmente que os números, entendidos como uma abstração, podem ser aplicados de maneira coerente ao mundo físico.

Há dois importantes argumentos, um a favor e outro contra, em relação ao realismo matemático. A favor dos realistas matemáticos, o “argumento da indispensabilidade”: já que nossas melhores teorias científicas dependem de entidades matemáticas, e essas entidades são essenciais para o avanço científico, deveríamos aceitar a existência real desses objetos matemáticos analogamente a como aceitamos a existência das entidades físicas teóricas (como, p.ex., as partículas elementares das forças fundamentais e da matéria (férmions e bósons) do Modelo Padrão). Ou seja, já que nos comprometemos com a existência destas últimas, deveríamos também nos comprometer com a existência das primeiras. Podemos lembrar do famoso ensaio escrito por Eugene Wigner (WIGNER, 1960), sobre a “misteriosa eficácia da matemática” (o qual pode ser identificado com o problema da indução apontado outrora por Hume), donde poderia se sugerir que ela funcionaria como espécie de linguagem universal da própria natureza, e por essa razão modelos matemáticos teriam a capacidade de prever, com alta precisão, eventos no mundo (escapando um pouco do empirismo estrito, aqui é interessante também lembrar que, para Kant, a uniformidade na natureza prevista pela matemática não seria um dado *na* natureza, mas *do* sujeito imposto à natureza, um pré-requisito à experiência possível já que tal expressaria a regularidade provinda de uma categoria do próprio intelecto; Kant visava solucionar o problema de Hume, envolvendo a indução e a causalidade).

Contrapondo o argumento a favor do realismo matemático, o filósofo nominalista Hartry Field (COLYVAN, 2008) propôs um projeto para demonstrar que é possível formular teorias científicas sem recorrer a números e outros objetos matemáticos. Ele desenvolveu uma abordagem utilizando uma linguagem relacional específica, conseguindo aplicá-la com sucesso à teoria da gravitação newtoniana. (Apesar de que ele tenha encontrado dificuldades em aplicar esse método em teorias mais contemporâneas), Field argumenta que, embora a matemática seja extremamente útil para simplificar cálculos e expressar conceitos nas ciências exatas, ela não é indispensável para a ciência, podendo ser substituída por outras formas de descrição relacional.

Teria sido, enfim, nestes moldes a gênese da querela cujo progresso na história do pensamento motivaria mais tarde a Carnap distinguir entre conhecimentos de pretensões científica (as questões internas de existência) e os de pretensões metafísicas (as questões externas de existência), cuja discussão se dará no item a seguir. Veremos como o texto “Empirismo, Semântica e Ontologia”, de Carnap, pretende oferecer uma proposta cujo resultado condenaria esta antiga questão a um pseudoproblema, vítima de um simples engano: confundir questões internas de existência com questões externas (a um sistema de referência linguístico).

Empirismo, semântica e ontologia

O ponto de partida do texto é a pressuposta incompatibilidade entre, por um lado, sustentar uma postura empirista e, por outro, simultaneamente fazer referência a entidades abstratas por meio das expressões utilizadas na linguagem de uma teoria. E isso seria problemático porque, ao contrário do que se esperaria de um empirista, ao se fazer alusão a entidades abstratas, se endossaria uma ontologia de cunho platônico. Por exemplo, diante a questão “os números existem?”, como vimos, os realistas e nominalistas responderiam contrariamente. É claro que ambos concordam que objetos no espaço-tempo podem instanciar números: três gatos, três cadeiras, três garrafas de água. No entanto, o que está sendo considerado aqui é a existência do número três em-si, se ele existiria independentemente de quaisquer três coisas específicas: se existiria uma espécie de reino abstrato, uma “camada ontológica” própria, donde os números seriam por nós descobertos, e não apenas inventados.

Tendo esse debate em mente, Carnap nos lembra que é bastante difícil evitar a referência a entidades abstratas no interior do contexto científico. Ele dá o exemplo de um físico que estaria a suspeitar de entidades abstratas, e com uma intenção quase poética, expressa que:

Muito provavelmente ele [o físico] falará de todas essas coisas exatamente como o faz qualquer outra pessoa, mas com uma consciência inquieta, como o homem que em sua vida diária faz com náuseas muitas coisas que não estão de acordo com os altos princípios morais que professa aos domingos. (CARNAP, 1975, p. 119).

O que o Carnap vai sugerir é que, na verdade, os debates clássicos em ontologia se baseariam em uma simples confusão. No intuito de mostrar que não haveria incompatibilidade entre o empirismo e entidades abstratas, no sentido de que fazer o uso de referências a entidades abstratas não implicaria necessariamente seguir uma ontologia platônica, Carnap recorre a uma distinção entre questões internas de existência e questões externas de existência, o que é feito em apologia à sua noção de “framework ” (ou sistemas de referência linguístico).

A questão central do filósofo positivista é que, antes de podermos falar sobre a existência ou realidade de um certo tipo de entidade, seria necessário primeiro aceitar o *framework* linguístico que introduz tais entidades. E, assim, questões ontológicas se reduziriam a questões semânticas quando consideradas em função de seus sistemas de referência. Tudo aquilo que se poderia dizer com precisão acerca de determinada entidade já estaria contido implicitamente na linguagem escolhida. Ou seja, para que se possa falar sobre determinado tipo de entidade, seria necessário que a linguagem utilizada contivesse um sistema de referência linguístico para ela, e uma vez que o sistema de referência introduzido permite formular frases acerca de tais entidades, somente a partir disso se poderia dizer se essas afirmações são aceitas ou não por aquele que usa o sistema de referência em questão (GIOVANA, 2015).

Carnap diz que, estando uma sentença de acordo com as regras sintáticas do framework, fazendo-se o uso apenas dos termos genuínos de tal linguagem e a sentença estando de acordo com as regras da sintaxe lógica, sob estas condições, uma sentença se tornaria passível de confirmação (verificável ou dedutível) a partir de sentenças protocolares¹, cumprindo os critérios pra obtenção de significado. O significado de um enunciado residiria no fato de que ele expressa um estado de coisas concebíveis (CARNAP, 2003). Então, assim, poderíamos saber se uma preposição é significativa mesmo sem saber se é verdadeira ou falsa; a questão do significado como anterior a questão da verdade.

Voltemos a pensar nos números. Por um lado, existem regras que nos dizem quais sentenças são gramaticalmente corretas e, por outro, existem regras de transformação que nos dizem como inferir de uma sentença para outra. É claro que, antes de tudo, para podermos aplicar tais normas, o vocabulário e as regras do sistema de referência devem ser introduzidos. No caso dos números, introduzimos símbolos,

¹As sentenças protocolares são afirmações que descrevem observações ou dados empíricos básicos. Elas são consideradas como a base sobre a qual as teorias científicas são construídas. A ideia de Carnap era que todas as afirmações científicas deveriam, em última instância, ser redutíveis a sentenças protocolares.

como o 2 e o 4, referências aos números, e em seguida, as regras que nos dizem quais sentenças contendo termos numéricos são ou não gramaticais. Por exemplo, se afirmamos que a $\sqrt{1000}$ é 31,622, mesmo sem saber se a resposta é verdadeira ou falsa, podemos dizer que a afirmação é significativa de acordo com a linguagem usada na matemática. E, por fim, além das regras gramaticais, também há as regras de transformação as quais nos dizem como inferir de uma sentença para outra. Por exemplo, seu eu digo “tem um notebook sobre a mesa da sala”, “tem outro notebook sobre a outra mesa da sala”, você, fazendo a inserção da função de adição, poderá inferir que “há (pelo menos) dois notebooks na sala”.

Não obstante a banalidade dos exemplos anteriores, o ponto aqui é notar que não houve nada “carregado metafisicamente”: uma vez que os frameworks são apenas sistemas de referência, maneiras de se falar sobre alguma coisa, não foi feito nenhuma afirmação sobre o que *realmente* existe ou não existe. Aqui entra em jogo a famosa distinção de Carnap, entre dois tipos de questão de existência, as internas e as externas.

As questões internas são aquelas formuladas no interior de um framework. Elas podem ser lógicas ou fatuais. Caso se trate de um sistema de referência de caráter lógico, como o dos números, pode-se encontrar respostas através de métodos puramente lógicos, sendo que elas serão, portanto, analíticas. Caso o sistema tenha caráter fatural, como o sistema das coisas e eventos observáveis, as perguntas podem ser respondidas por meio de métodos empíricos e suas respostas serão, na maioria dos casos, sintéticas.

Comecemos com um exemplo de natureza lógica. Se estivéssemos em uma aula de matemática cujo problema fosse “existe um número primo entre 9 e 12?”, a resposta sobre a existência desse número dependerá do que é formulado pela própria linguagem sobre o que se considera um número primo. E mesmo que se perguntasse simplesmente “existem números?”, uma vez que a linguagem matemática contém um sistema de referência para os números, a existência de números a partir do framework matemático é evidentemente verdadeira e trivial.

Agora um exemplo de caráter fatural, ou seja, o qual pode ser respondido através da investigação empírica. Poderíamos indagar “quantas pessoas há na sala?”. Ou, simplesmente perguntar, “existem pessoas?”, cuja resposta será positiva e trivial pelo mesmo motivo que foi a resposta à pergunta “existem números?”: assim como os números, pessoas existem no interior do sistema de referência útil a esse termo (interessante notar: embora essa seja uma questão respondida empiricamente (“existem pessoas?”), ela não é sintética, mas analítica, dado que a existência de pessoas, no interior do seu próprio framework, é uma implicação lógica do sistema).

Mas é claro, quando os filósofos, desde a antiguidade, perguntavam-se sobre a existência de alguma coisa, não era isso que eles tinham em mente, simplesmente se dado termo existe dentro de certa

estrutura linguística. Ao invés disso, eles estavam fazendo uma indagação sobre a estrutura como um todo, fazendo uma pergunta que é, em certo sentido, anterior à adoção da estrutura. Quer dizer, comumente não há um desacordo quanto a existência das entidades abstratas dentro das suas respectivas estruturas linguísticas, o que os filósofos querem saber é se as estruturas como um todo corresponderiam à realidade mesma, a fim de saber se tais estruturas deveriam ser ou não adotadas, como se existisse uma espécie de reino abstrato o qual poderia ser ou não corretamente descrito por determinado sistema de referência.

É aqui que a disputa entre realistas e nominalistas seriam vítimas de um engano, segundo Carnap. Pois essa questão sobre a existência real é uma questão externa: para que pudéssemos indagar sobre o framework como um todo, teríamos que sair do framework. Quer dizer, nós não usaríamos a estrutura, mas teríamos de fazer uma avaliação (supostamente de fora) sobre a estrutura, “deveríamos adotá-la ou não?”, respondendo a isso sem o recurso aos critérios do próprio sistema.

Vejamos, então, que haveria dois modos de indagar se “existem números?”. Primeiro, dentro do seu respectivo framework. Segundo, procurando-se por uma resposta sobre se existe, realmente, tais entidades em geral. Quando se trata de uma questão interna, a pergunta “existem números?”, poderia ser transcrita como “existem números no framework linguístico para números?”(GIOVANA, 2015). Mas dado a que quando se trata de uma questão externa, o que normalmente se quer saber é se números existem em geral, quer dizer, independentemente do seu sistema de referência, a maneira como o Carnap define as questões externas difere do modo com que comumente os filósofos conceberam essa questão ao longo da história. Para começarmos a entender isso, devemos ter em mente que Carnap diferencia entre dois conceitos de existência: um deles é o científico (ou empírico), relacionado às questões internas; e o outro é o metafísico, relacionado às questões externas. Então, quando se trata do conceito científico de existência, se trata do pertencimento ou não de determinada entidade em relação ao framework no qual a pergunta foi formulada. Já quando se trata do conceito metafísico de existência, o que comumente acontece no debate ontológico – e que Carnap diria ser o engano fruto da confusão, cujo sintoma seria o infundável debate sobre a realidade das coisas – é que o conceito metafísico de existência, quando aplicado a uma determinada entidade, visaria atribuir a ela uma realidade em geral independente e externa a qualquer sistema de referência. Isto seria problemático porque tal definição metafísica de existência estaria desprovida de critérios para poder afirmar ou não certa realidade: não podemos argumentar a partir de um ponto de vista neutro, desprovido de qualquer framework (ou como diria mais tarde Quine, *não há exílio cósmico*).

Portanto, dirá Carnap, seria errado entender as questões externas como questões metafísicas de existência. Já que tais discussões sobrepujariam os limites do discurso teórico (cognitivo), fazendo com que questões metafísicas de realidade se tornem pseudo-questões. No texto “A Superação da Metafísica pela Análise Lógica da Linguagem”(CARNAP, 2009), Carnap diz que encontramos uma ilustração desse erro no *cogito, ergo sum*, meditações de Descartes. Assim como o que se segue da proposição “eu sou europeu” não é “eu existo”, mas “existe um europeu”, o que se seguiria de “eu penso” não é “eu sou”, mas “existe algo que pensa”. Portanto, deveríamos evitar atribuir sentido teórico às questões externas. Aqui residiria o equívoco cujo solucionar, pretendido por Carnap, tornaria o empirismo compatível à referência de entidades abstratas: estas são úteis, e não mais do que isso, no interior dos seus respectivos frameworks.

Neste ponto, poderíamos indagar, como deveríamos então tratar as questões externas? Diz Carnap, não como questões metafísicas, mas como questões puramente práticas sobre qual framework adotar. Mas, então, o que seria necessário para que um framework seja aceito? Não mais que um conjunto de regras ou procedimentos por meio dos quais as afirmações possam ser confirmadas ou desconfirmadas. Ou seja, há aqui uma reivindicação ao pragmatismo, viés através do qual se poderá escolher um framework de acordo com a sua maior utilidade.

Poderíamos dizer que, em sentido fraco, essa utilidade se refere à simplicidade, à facilidade de compreensão, e até mesmo a questões estéticas, como o gosto pessoal. Já em sentido forte, o framework deverá fornecer o aparato linguístico, até então existente, mais adequado pra *relatar, explicar e prever* o que pretendemos dizer sobre determinado fato. Por exemplo, se o intuito fosse explicar o comportamento humano, seria mais adequado o típico framework da filosofia moral ou o neurocientífico? Percebamos que, em sentido fraco, poderíamos optar pelo primeiro, devido a uma aparente simplicidade maior, uma maior facilidade de compreensão (já que, diferentemente do que seria uma neuro-ética, comumente restringe a análise do comportamento àquilo observável externamente), porém, como explica Carnap, embora devamos ser tolerantes com todas as formas linguísticas,

a aceitação ou rejeição das formas linguísticas abstratas, assim como a aceitação ou rejeição de quaisquer outras formas linguísticas em qualquer outro campo da ciência, será finalmente decidida por sua eficiência enquanto instrumento, a razão entre os resultados alcançados e a quantidade e complexidade dos esforços requeridos. (CARNAP, 1975, p. 134).

Ou seja, embora devamos ser tolerantes com qualquer linguagem, mesmo àquelas que inicialmente apresentem tão-somente atributos de utilidade em sentido fraco, em última análise, seria o

sentido forte da utilidade que, a longo prazo, decidiria sobre a adoção ou não de um sistema de referência: a capacidade de *relatar*, *explicar* e *prever* eventos.

É interessante notar que, se o framework é eficiente, à medida que as teorias são aprimoradas, assim como os seus respectivos instrumentos de observação, o que antes eram entidades exclusivamente teóricas, podem vir a se tornar observáveis (mesmo que indiretamente). Por exemplo, novamente podemos citar os férmions e bósons. Ou seja, à medida que um framework adquire certa eficiência, pode acontecer de nós atribuirmos certa confiança à existência das entidades expressas por tal estrutura linguística. No entanto, nos alerta Carnap seria errado descrever esta situação dizendo: “‘o fato da eficiência da linguagem das coisas é uma evidência confirmadora da realidade do mundo das coisas’; deveríamos dizer em vez disso: ‘este fato torna oportuno aceitar a linguagem das coisas’”(CARNAP, 1975, p. 122).

Outro ponto importante sobre a adoção de frameworks é que os quesitos pra aceitação ou não de um sistema de referência dispensam a necessidade de uma justificação teórica, já que, de acordo com a perspectiva sustentada por Carnap, não representam uma afirmação metafísica sobre a realidade. E é diante desse caráter destacadamente pragmático das questões externas que o filósofo introduz o seu Princípio de Tolerância em relação as formas linguísticas:

Decretar proibições dogmáticas de certas formas linguísticas em vez de avaliá-las pelo seu sucesso ou fracasso no uso prático, é pior do que fútil: é positivamente alarmante porque pode obstruir o progresso científico. A história da ciência mostra exemplos dessas proibições baseadas em prejuízos derivados de fontes religiosas, mitológicas, metafísicas ou de outras fontes irracionais, que diminuem os desenvolvimentos durante pequenos ou grandes períodos de tempo. Aprendamos as lições da história. Atribuamos àqueles que trabalham em algum campo especial da investigação a liberdade para usar qualquer forma de expressão que lhes pareça útil; o trabalho nesse campo conduzirá mais cedo ou mais tarde à eliminação daquelas formas que não possuem nenhuma função útil. *Sejamos prudentes ao fazer asserções e tenhamos uma atitude crítica ao examiná-las, mas sejamos tolerantes ao permitir as formas linguísticas.* (CARNAP, 1975, p. 135).

Sendo assim, já que não se teria critérios teóricos para decidir qual linguagem adotar, Carnap propõe que as linguagens sejam, então, livremente escolhidas. E só o tempo poderá dizer quais são eficientes ou não e assim mantidas ou descartadas. Isso também dissolveria a aparente incompatibilidade entre empirismo e a referência a entidades abstratas, já que a adoção de um framework, assim como a introdução sobre a existência interna de certas entidades, seria uma decisão exclusivamente prática, não-metafísica. Ou seja, assim não haveria conflito com o viés empirista já que não se trataria da asserção de uma tese metafísica sobre a existência real de determinada entidade abstrata.

Referências

CARNAP, R. A Superação da Metafísica pela Análise Lógica da Linguagem. *Cognitio* 10(2): 309-393, 2009.

_____. *Empirismo, Semântica e Ontologia*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1975.

_____. *The Logical Structure of the World and Pseudoproblems in Philosophy*. Editora Open Court, 2003.

COLYVAN, M. Indispensability Arguments in the Philosophy of Mathematics. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2008.

GIOVANA, K. A Crítica de Quine à Distinção entre Questões Internas e Externas de Existência de Carnap. *Cognitio estudos, revista eletrônica de filosofia*, v12, n1, 2015.

WIGNER, E. The unreasonable effectiveness of mathematics in the natural sciences. *Communications in Pure and Applied Mathematics* 13, 1-14, 1960.

Recebido em: 10/01/2025

Aceito em: 15/02/2025